



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

JANEIRO DE 1993 Nº 32

AEPET propõe auditoria nos preços dos combustíveis

A diretoria da Aepet enviou carta ao Presidente da República denunciando a política de preços e subsídios em vigor pela qual a PETROBRÁS recebia, em outubro último, apenas 26,4% do

preço da gasolina ao consumidor. No documento, entregue à imprensa, é proposta a ampla transparência à remuneração de cada segmento.

Journal do Comercio 3/12/92

Petrobrás tem prejuízo com frete uniformizado

O frete de transporte de gasolina pago pelas companhias distribuidoras e remunerado pela Petrobrás, apresentou um acréscimo de 1,335% entre janeiro e outubro deste ano, acima do índice de 724% (cálculo do IGP-M) da inflação no período. A remuneração acordada por determinação do Departamento Nacional dos Combustíveis, que regula o Frete de Uniformização de Preços (FUP) pago pela Petrobrás às distribuidoras para que os combustíveis tenham o mesmo preço em todo o País.

Os números foram apresentados, ontem, pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), que denunciou ainda que o óleo combustível utilizado pelas indústrias está sendo subsidiado em 41%, enquanto este pago pelos consumidores de gasolina. A Aepet enviou também carta solicitando uma audiência com o presidente Itamar Franco. Na carta, a Aepet concorda com a determinação de Itamar Franco de existir transparência na estrutura de preços dos combustíveis. No entanto, não deve ser considerada a estrutura de preços que a planilha de custos da Petrobrás não deve ser considerada.

Na gasolina, os impostos correspondem a 35% do que o consumidor paga. De janeiro a outubro, o aumento de todos os impostos embutidos no preço da gasolina foi de 473,33%.

A remuneração dos custos da revenda, segundo a Aepet, representa 5,4% do preço da gasolina pago pelos consumidores nos postos. A parcela também é criticada pela Associação, que cita dados de cada mês de 1990 da revista Fortune um exemplar de custo da revenda representa pelos quais o custo da revenda representa 3,9%. De janeiro a outubro, a margem dos postos aumentou 545%.

A parcela correspondente aos custos da Petrobrás com matéria-prima e refino das bombas, entre janeiro e outubro, o preço da gasolina cobrado pela Petrobrás às distribuidoras, incluindo subsídios, apresentou aumento de 522%. Do preço da gasolina, apenas uma parcela de 18% é favorável à Petrobrás.

O Globo 3/12/92

22 - Economia

●PETROBRÁS — A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) enviou carta ao presidente Itamar Franco solicitando que seja feita uma auditoria dos custos dos preços dos combustíveis, não apenas nos setores envolvidos em todos os setores envolvidos. Uma distorção apontada é o subsídio dado ao óleo combustível consumido pelas indústrias, que não repassa esse benefício aos preços. Do preço do óleo, 41% são subsidiados.

Tribuna da Imprensa 3/12/92

Aepet denuncia subsídio de 41% no óleo industrial

Petrobrás só é responsável por 26% dos preços

O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Diomedes Cesário, denunciou ontem no Rio, que o óleo combustível utilizado pelas indústrias está com um subsídio de 41%. Pago pelos consumidores de gasolina, esse subsídio não é repassado para aumentar a inflação e o presidente Itamar Franco deveria chamar os industriais para discutir essa questão. "Disse que não é contra o subsídio do GLP (gás de cozinha) que hoje é de 29% por causa de seu caráter social, mas observou que a questão de preços (FUP), estão sendo fiscalizadas, o que está provocando uma perda mensal de pelo menos US\$ 13 milhões (Cr\$ 131,85 bilhões) a Petrobrás. Diomedes Cesário enviou uma carta ao presidente Itamar Franco para que seja feita uma auditoria nos preços dos combustíveis."



Diomedes é favorável à auditoria de 3,9%. Os impostos no Brasil, agregados nas três fases (refinador, distribuidor e revendedor) chegam a 35%.

Journal do Brasil 3/12/92

Aepet aponta subsídio de 18% na gasolina

A parcela de subsídios na estrutura do preço da gasolina chega a 18% do preço final do produto, mas nem sempre o esforço do consumidor de gasolina reflete no bolso dos consumidores de outros produtos que seriam beneficiados com esta medida. Além do subsídio de 29% no preço do gás de cozinha — o óleo combustível, usado pelas indústrias, tem 41% de seu preço subsidiado. No entanto, este benefício não é repassado para o preço do produto, pressionando a inflação, de modo que o consumidor não recebe o benefício. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Diomedes Cesário da Silva.

inferior ao importado pela estatal, pagando 37 dias após, com prejuízo anual de US\$ 58 milhões. As refinarias particulares, por não poderem se expandir devido ao monopólio, têm assegurado o êxito econômico por depreciação do antigo Conselho Nacional do Petróleo. Por tudo isto, a estatal vem trocando as perfurações de poços de petróleo por ramos na caixa.

Custos — O preço da gasolina não depende apenas dos custos da Petrobrás. Além da carga de subsídios (18%), os impostos totalizam 35% do preço final. Além disso, a empresa vem recebendo menos inferior quanto o recô dos preços da gasolina ficou em de janeiro de 724% tributadora suas margens em no mês anterior.

Custo da gasolina*

	Brasil	EUA*
Matéria-prima e refino	26,4%	72,8
Subsídios	18,0	
Distribuição	15,8	3,1
Revenda	6,4	3,9
Impostos	35,4	21,8

* Preço em 7/10/92. ** Revista Fortune de 10/10/92. Fonte: Aepet.

Além disso, a parcela de subsídios, em 18%, do Departamento Nacional dos Combustíveis foi de 1,335,70%. No entanto, este benefício não é repassado para o preço do produto, pressionando a inflação, de modo que o consumidor não recebe o benefício. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Diomedes Cesário da Silva. A Aepet enviou carta ao presidente Itamar Franco, explicando como é formada a estrutura de preços da gasolina.

Hoje do Povo 11/12/92

Associação dos Engenheiros da Petrobrás quer auditoria nos 74% do preço dos combustíveis que não voltam para a estatal

OLGA ASSIS ENVIADO ESPECIAL

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) está agendando para os próximos dias uma audiência com o presidente Itamar Franco para debater os reajustes dos preços dos combustíveis, além de sugerir uma realinhamento de subsídios, custeamento da Petrobrás às distribuidoras.

A Aepet já entregou ao presidente Itamar uma carta onde manifesta plena concordância com a decisão do presidente em dar total transparência aos preços dos derivados do petróleo. O documento também relata algumas iniciativas da entidade que motivaram, entre outras, a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Condado de Investigar a crise financeira da Petrobrás, e apontou várias denúncias de prática de subsídios e favorecimentos, em prejuízo da empresa.

Na carta, a Aepet ressaltou que é responsabilidade do Departamento Nacional dos Combustíveis (DNC) e do Ministério da Fazenda a aprovação do aumento de preços dos derivados, mas que, no entanto, perante a opinião pública fica a impressão de que é a Petrobrás a única responsável por todos os reajustes. "Achamos que têm sido omitido da sociedade brasileira algumas informações sobre a política de preços, parecendo que é a Petrobrás quem dita os aumentos e quem se beneficia com os reajustes dando ao consumidor", esclareceu o presidente da Aepet, Diomedes Cesário. Segundo ele, se verifica que os aumentos partem dos combustíveis, um que a estatal, a Petrobrás, responde por 26%, os outros 74% são pagos por quem não é a estatal, quem são os consumidores de gasolina. O Ministério da Fazenda, com 14%, Shell, Texaco com 14%.

bre a política de preços, parecendo que é a Petrobrás quem dita os aumentos e quem se beneficia com os reajustes dando ao consumidor", esclareceu o presidente da Aepet, Diomedes Cesário. Segundo ele, se verifica que os aumentos partem dos combustíveis, um que a estatal, a Petrobrás, responde por 26%, os outros 74% são pagos por quem não é a estatal, quem são os consumidores de gasolina. O Ministério da Fazenda, com 14%, Shell, Texaco com 14%.

"Concretamente, o governo determina a política dos preços, achando que isso já está feito, e já verificamos que a Petrobrás está sofrendo prejuízos com todos os segmentos e não para de ser verificado. Não sabemos quem com esses danos, temos a certeza que o presidente desconhece a culpa da Petrobrás, e relatórios sobre o assunto que simplesmente se omitem de passar informações claras e sem dúvida, são as distribuidoras. A margem de interacional está em torno de 3% e no Brasil é quase 14%", afirmou Diomedes.

Associação denuncia 41% de subsídio para o óleo

Presidente da Aepet quer mostrar a Itamar que Petrobrás responde por apenas 26,4% da estrutura dos preços

LUIS CARLOS DE SOUZA RIO

O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Diomedes Cesário da Silva, denunciou ontem, no Rio, o fato de o óleo combustível utilizado pelas indústrias estar com subsídio de 41% pago pelos consumidores de gasolina. "Como esse subsídio não é repassado para aumentar a inflação e o presidente Itamar Franco deveria chamar os industriais para discutir essa questão", disse.

Silva anunciou ontem que mostrará ao presidente Itamar Franco que para cada litro de gasolina comprado pelo consumidor na bomba a Cr\$ 4.050,00 em outubro, a Petrobrás restou com apenas 26,4% da estrutura desse preço. Deste percentual, 20% eram referentes à matéria-prima importada e nacional e 6,4% ao refinamento. O restante cabe a outros segmentos.

De acordo com Silva, as demais responsabilidades por esse preço eram em 18% dos subsídios da Petrobrás para o gás de cozinha, óleo combustível e nafta petroquímica, entre outros produtos; 13,8% às distribuidoras (Esso, Shell, Texaco, Atlantic, BR);

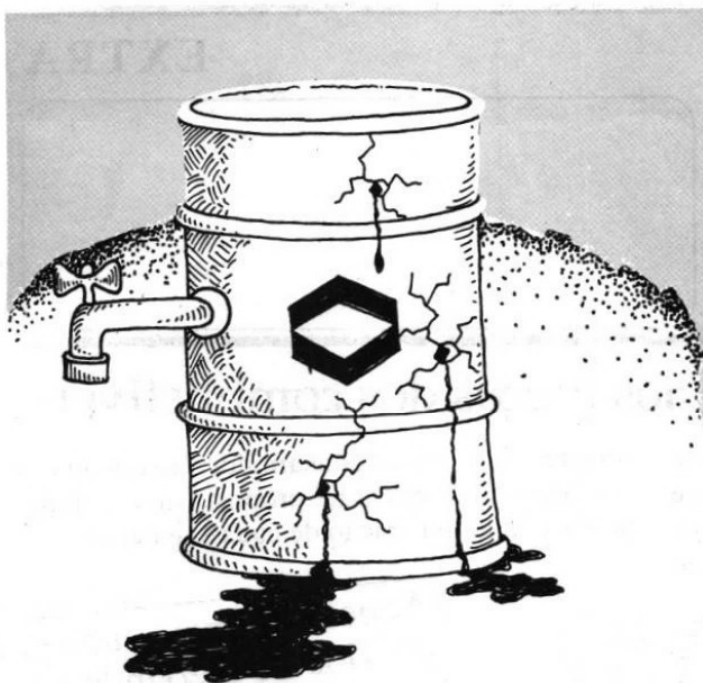
6,4% à revenda e 35,4% aos impostos.

Com base nesses dados, levantados pela Aepet, Silva mandou carta ao presidente da República e pediu audiência. Ele quer que Itamar mande fazer auditorias também nos outros segmentos participantes da estrutura de preço da gasolina e dos demais combustíveis.

O presidente da Aepet revelou que os preços praticados pela Petrobrás são inferiores aos do mercado internacional e, quanto aos subsídios, acha razoável e, quanto ao uso de gás de cozinha (29% do preço final), de alto custo social, mas é contra os que a Petrobrás paga para a nafta petroquímica, comprada a US\$ 200 a tonelada e vendida a US\$ 179, que, em 14 dias, quando ocorre o faturamento, equivalem a US\$ 162. A perda de US\$ 38 por tonelada equivale a US\$ 250 milhões/ano.

ALCOOL — O ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, recebeu ontem estudo da Petrobrás em que a empresa propõe o seu plano de sair da comercialização de álcool no País. A principal medida que o ministro destacou é o fim da compra antecipada da produção de álcool hidratado de usinas e destilarias. A compra antecipada poderá ser substituída por consignação do produto (as usinas entregam o álcool à Petrobrás e recebem seu pagamento após o repasse do produto aos postos).

CD 3/12/92



Causas da crise da PETROBRÁS

Eis a situação real das causas da crise da PETROBRÁS

	16/03/1990	12/11/1992	Defasagem
Gasolina	0,87 US\$/L	0,46 US\$/L	47,2%
Querosene de aviação	0,24 US\$/L	0,13 US\$/L	45,9%
Diesel	0,42 US\$/L	0,30 US\$/L	28,6%
Óleo Combustível	0,17 US\$/Kg	0,08 US\$/Kg	52,9%

A tabela mostra que os preços dos derivados de petróleo estão achatados. No entanto, a inflação no Brasil permanece crescente.

	16/03/1990	12/11/1992	Demanda (*)	Prejuízo/ano bilhões US\$
Gasolina	0,47	0,20	850	2,7
Q. aviação	0,20	0,11	230	0,3
Diesel	0,19	0,14	2.100	1,2
Combustível	0,15	0,06	880	0,9
Total do prejuízo da PETROBRÁS				4,1

OBS.: O quadro mostra a redução no faturamento anual da PETROBRÁS, devido à defasagem nos preços, sem trazer nenhum benefício ao combate da inflação. Ao contrário, descapitalizou PETROBRÁS agravando ainda mais o processo inflacionário.

(*) Média mensal: óleo combustível em milhões de quilos e os outros produtos em milhões de litros

	Manaus (*)	Belém/São Luiz (**)
Gás de cozinha	15 dias	15
Outros	8 dias	23
OBS. Prazos especiais:		
Gás de cozinha	15	15
Gasolina	28	23
Q. Aviação	8	8
Diesel	23	18
Combustível	13	8

(*) A contagem dos prazos inicia-se após as descargas dos produtos

(**) A contagem dos prazos inicia-se após o carregamento dos produtos

Consequência: prejuízo anual para a PETROBRÁS de US\$ 500 milhões (TR=25%)

4. Subsídios às Petroquímicas Privatizadas

Demanda diária = 28 mil toneladas
 Preço internacional da nafta petroquímica = US\$ 200/tonelada
 Preço unitário da fatura em 12/11/92 = 1.211 Cr\$/litro
 Cruzeiros/dólar em 12/11/92 = 8.678 = US\$ 179/tonelada
 Prazo de faturamento = 14 dias
 Cruzeiro/dólar no vencimento = 9.600
 Preço unitário no recebimento da fatura = US\$ 162 tonelada
 Prejuízo unitário no recebimento da fatura = 200 — 162 = US\$ 38/tonelada
 Prejuízo anual = 18 mil x 365 x 38 = US\$ 250 milhões/ano

5. Subsídios às Refinarias Particulares

Consumo das duas refinarias = 20 mil barris por dia
 Preço do petróleo importado = US\$ 20 o barril
 Preço cobrado na fatura = US\$ 18 o barril
 Prazo concedido às refinarias = 37 dias
 Preço recebido no vencimento = US\$ 12 o barril *
 * foi considerada uma desvalorização do dólar de 22%/mês
 Prejuízo da PETROBRÁS por barril = (20 — 12) US\$ = US\$ 8
 ou US\$ 160 mil por dia
 ou US\$ 58,4 milhões por ano

Consumo nacional 450 milhões de quilos/mês		
	16/03/1990	12/11/1992
Consumidor (US\$/Kg)	0,40	0,30
Participação da PETROBRÁS	25%	30%
Distribuidoras	57%	53%
Revendedores		
Impostos do Governo	18%	17%

Consumo de GLP comercial = 0,15 x 450 milhões de Kg

Valor GLP se fosse doméstico = 67 milhões x

2.631/8.678 US\$ = 20 milhões de dólares

Valor GLP comercial = 67 milhões x 2 x 2.631/8.678 US\$ = 40 milhões de dólares

Valor que deveria ter sido devolvido à PETROBRÁS = US\$ 20 milhões, utilizando o frete de uniformização de preços (FUP).

O que é FUP: Para que os preços dos combustíveis no Brasil sejam uniformes criou-se a conta FUP, cuja finalidade é ressarcir as despesas que as distribuidoras têm com fretes para transportar os produtos.

FUP (milhões US\$)	Out/91	Jan	Mai	Ago	Set	Média
Gás de cozinha	5,0	6,0	7,0	8,0	7,0	7,0
Líquidos	37,0	27,0	21,0	21,0	29,0	
Soma	42,0	33,0	28,0	29,0	36,0	

OBS.: O quadro mostra uma redução na FUP de líquidos + gás de cozinha, mas também deixa claro que as distribuidoras de gás de cozinha nunca devolveram o excedente do preço cobrado no consumo comercial/industrial, que deveria ocorrer por orientação do DNC, inclusive abatendo a conta FUP de gás de cozinha, que neste caso seria eliminada, e a PETROBRÁS ainda teria de receber US\$ 13 milhões por mês (20-7 = 13).

Custo da Gasolina (A estrutura de preço de 07/10/92)	
A) Matéria Prima	20,0%
B) Refino (1)	6,4%
C) Refinador (PETROBRÁS) = A+B	26,4%
D) Subsídios (2)	18,0%
E) Distribuição (3 e 4)	13,8%
F) Revenda (5)	6,4%
G) Impostos	35,4%
H) Consumidor	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Inclui o custo financeiro de refino.
2. Valor recolhido pela PETROBRÁS para subsidiar outros produtos (gás de cozinha, nafta petroquímica, óleo combustível, etc)
3. Inclui custo financeiro de distribuição e a parcela do frete de uniformização de preços (FUP).
4. Distribuidoras: Shell, Esso, Texaco, Atlantic, Sabba, BR-Petrobrás, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Hudson, São Paulo.
5. Revendedores: 25.600 postos.

FORMAÇÃO DO PREÇO DA GASOLINA						
		21/12/89	16/03/90	01/01/92	07//10/92	%
P E T R O B R Á S	1. CUSTO DA MATÉRIA PRIMA	1,36	5,77	105,82	808,96	(19,97)
	2. MARGEM DO REFINADOR	0,12	5,27	29,75	259,55	(6,41)
	3. PREÇO LÍQUIDO DE VENDA DA PETROBRÁS (ÀS DISTRIBUIDORAS) (1+2)	1,48	11,04	135,57	1.068,51	(26,38)
	4. SUBSÍDIOS A OUTROS DERIVADOS	2,20	10,13	154,91	731,35	(18,06)
	5. IMPOSTOS	0,92	5,71	130,23	907,32	(22,40)
	6. PREÇO BRUTO DE VENDA DA PETROBRÁS (ÀS DISTRIBUIDORAS) (3+4+5)	4,60	26,88	420,71	2.707,18	(66,84)
D I S T R I B U I D O R A	7. MARGEM DAS DISTRIBUIDORAS	0,13	2,26	18,04	226,78	(5,60)
	8. FRETE DE UNIFORMIZAÇÃO	0,38	1,79	23,05	330,93	(8,17)
	9. PREÇO LÍQUIDO DE VENDAS DAS DISTRIBUIDORAS (6+7+8)	0,51	4,05	41,09	557,71	(13,77)
	10. IMPOSTOS	0,32	2,77	100,91	399,53	(9,86)
	11. PREÇO BRUTO DE VENDA DAS DISTRIBUIDORAS (AOS POSTOS) (9+10)	5,43	33,70	562,71	3.664,42	(90,48)
P O S T O S	12. MARGEM DOS POSTOS	0,50	3,08	40,10	258,87	(6,39)
	13. IMPOSTOS	0,16	1,10	18,71	126,71	(3,13)
	14. PREÇO AOS CONSUMIDORES (NA BOMBA) (11+12+13)	6,09	37,88	621,52	4.050,00	(100,00)
TOTAL DE IMPOSTOS (REFINADOR+DISTRIBUIDOR+POSTOS)		1,40	9,58	249,85	1.433,56	(35,40)

NOTAS: 1 — DISTRIBUIDORA refere-se às companhias ESSO, SHELL, TEXACO, ATLANTIC, BR, etc.

2 — REVENDEDOR refere-se aos 25.600 postos revendedores espalhados pelo território nacional.

3 — SUBSÍDIOS A OUTROS DERIVADOS é o preço cobrado a maior na gasolina e no óleo diesel para compensar os preços cobrados a menor nos demais derivados (GLP — gás de cozinha, óleo combustível, nafta petroquímica etc).

EVOLUÇÃO DO PREÇO DA GASOLINA NO PERÍODO 01/01/92 A 07//10/92				
		01//01/92	07/10/92	AUMENTO (%)
P E T R O B R Á S	1. CUSTO DA MATÉRIA PRIMA	105,82	808,96	(664,47)
	2. MARGEM DO REFINADOR	29,75	259,55	(772,44)
	3. PREÇO LÍQUIDO DE VENDA DA PETROBRÁS (ÀS DISTRIBUIDORAS) (1 + 2)	135,57	1.068,51	(688,16)
	4. SUBSÍDIOS A OUTROS DERIVADOS	154,91	731,35	(372,11)
	5. IMPOSTOS	130,23	907,32	(596,70)
	6. PREÇO BRUTO DE VENDA DA PETROBRÁS (ÀS DISTRIBUIDORAS) (3+4+5)	420,71	2.707,18	(543,48)
D I S T R I B U I D O R A	7. MARGEM DAS DISTRIBUIDORAS	18,04	226,78	(1.157,09)
	8. FRETE DE UNIFORMIZAÇÃO	23,05	330,93	(1.335,70)
	9. PREÇO LÍQUIDO DE VENDAS DAS DISTRIBUIDORAS (6+7+8)	41,09	557,71	(1.256,80)
	10. IMPOSTOS	100,91	399,53	(295,93)
	11. PREÇO BRUTO DE VENDA DAS DISTRIBUIDORAS (AOS POSTOS) (9+10)	562,71	3.664,42	(551,21)
P O S T O S	12. MARGEM DOS POSTOS	40,10	258,87	(545,56)
	13. IMPOSTOS	18,71	126,71	(577,23)
	14. PREÇO AOS CONSUMIDORES (NA BOMBA) (11+12+13)	621,52	4.050,00	(551,63)
TOTAL DE IMPOSTOS (REFINADOR+DISTRIBUIDOR+POSTOS)		249,85	1.433,56	(473,77)

NOTAS: 1. DISTRIBUIDORA refere-se às companhias ESSO, SHELL, TEXACO, ATLANTIC, BR etc.

2 — REVENDEDOR refere-se aos 25.600 postos revendedores espalhados pelo território nacional.

3 — SUBSÍDIOS A OUTROS DERIVADOS é o preço cobrado a maior na gasolina e no óleo diesel para compensar os preços cobrados a menor nos demais derivados (GLP — gás de cozinha, óleo combustível, nafta petroquímica etc).

CARTA AO PRESIDENTE

A AEPET encaminhou a seguinte carta ao Presidente da República:

(27 de novembro de 1992)

Exmo. Sr.
Presidente da República Federativa do Brasil
ITAMAR FRANCO

1. Inicialmente, queremos manifestar nossa plena concordância com a decisão de V. Excia. de dar total transparência aos preços de combustíveis.

2. Nossa entidade vem, de longa data, tomando providências neste sentido, motivando a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional encarregada de investigar a Crise Financeira da PETROBRÁS, que resultou no relatório nº 14/90-CN, de autoria do senador José Fogaça, que recomendava tal medida, denunciando a prática de subsídios e favorecimentos, em prejuízo da PETROBRÁS.

3. A partir de representação da AEPET e de várias outras entidades, o Tribunal de Contas da União (TCU), após realização de auditoria na PETROBRÁS, denunciou a política de preços e subsídios estabelecida pelo Governo Federal, que era lesiva à PETROBRÁS, ao mesmo tempo que solicitou "aos Srs. Ministros do Estado da Infra-Estrutura e da Economia, Fazenda e Planejamento providências junto aos órgãos subordinados à seus Ministérios, no sentido de liquidarem, de imediato, seus débitos para com a PETROBRÁS" (Decisão nº 299/91 — 2ª Câmara, de 05/12/91).

4. Representação com o mesmo teor tramita, em estágio final, na Procuradoria Geral da República.

5. É de responsabilidade do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e do Ministério da Fazenda a aprovação do aumento de preços dos derivados. Entretanto, perante a opinião pública a impressão reinante é de que a PETROBRÁS é a única responsável por todos os reajustes. A título de esclarecimento, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre o assunto:

5.1 Na estrutura de preços de 07/10/92, cabia à PETROBRÁS apenas 26,4% do preço da gasolina ao consumidor, dos quais 20,0% eram para remunerar a matéria-prima (petróleo nacional e importado). A Companhia recolhia ainda 18,0% para subsidiar outros produtos, como o gás de cozinha, nafta petroquímica, querosene de aviação, etc., conforme determinado pelo DNC/Ministério da Fazenda. O restante era para impostos (35,4%), distribuidoras (13,8%), revendedores (6,4%). Em suma, 73,6% do preço da gasolina não são de responsabilidade da PETROBRÁS. Segundo a revista FORTUNE de 10/09/90, página 42, nos EUA, do preço pago pelo consumidor, 3,1% vão para as distribuidoras,

3,9% para os revendedores, 21% para impostos e 72% para o refinador. Muito diferente dos 26,4% da remuneração da PETROBRÁS como refinador.

5.2 Outro aspecto a ser ressaltado é que os preços praticados pela PETROBRÁS são inferiores aos do mercado internacional. Se, na década de oitenta, o País tivesse importado todos os derivados que necessitasse do competitivo mercado de Rotterdam, o consumidor brasileiro teria pago a mais US\$ 58 bilhões, meia dívida externa brasileira.

5.3 Quanto aos subsídios, é razoável, até determinado nível, pensar-se em utilizá-los para o gás de cozinha, de alto cunho social; entretanto o que dizer da nafta petroquímica, comprada a US\$ 200/tonelada e vendida a US\$ 179, que, 14 dias após, quando ocorre o faturamento, equivale a US\$ 162. A perda de US\$ 38/tonelada equivale a US\$ 250 milhões/ano.

As refinarias particulares de Manginhos e Ipiranga compram da PETROBRÁS petróleo por valor inferior ao por ela importado, pagando 37 dias após, resultando num prejuízo superior a US\$ 58 milhões anuais. A conta álcool ascendia a US\$ 743 milhões em 30/09/92. Todos estes prejuízos recaem sobre a PETROBRÁS e os consumidores.

5.4 A PETROBRÁS é obrigada a conceder às distribuidoras prazos de faturamento de 15 dias para o gás de cozinha e 8 dias para os demais derivados, sem custos financeiros, sendo que em Manaus estes prazos são de até 28 dias, ocasionando prejuízos à Companhia de US\$ 500 milhões.

5.5 No relacionamento PETROBRÁS/GOVERNO, a PETROBRÁS, em 30/09/92, era credora de um montante equivalente a US\$ 3,624 bilhões, com acréscimo de US\$ 1,072 bilhão em relação a 31/12/91. Deste total, US\$ 935 milhões eram dívidas de outras estatais. Em 28/02/90, este crédito era de US\$ 526 milhões, crescendo US\$ 3,098 bilhões durante o Governo Collor.

5.6 O consumo nacional de petróleo é de 1 milhão e 200 mil barris diários, dos quais 530.000 são importados e 670.000 produzidos pela PETROBRÁS. De janeiro a setembro do corrente ano a PETROBRÁS importou petróleo a um custo CIF médio real (posto no País) de US\$ 19,09/barril, recebendo US\$ 13,25/barril, em média, em função das estruturas de preço, perdendo cerca de US\$ 95 milhões mensais. Devido a estas perdas a Conta Petróleo já ascendia a US\$ 2.499 milhões em 30/09/92. Este valor era de US\$ 403 milhões em 28/02/90.

5.7 No primeiro semestre do corrente ano, para uma inflação de 317%, o preço da gasolina ao consumidor foi aumentado de 363%; a parcela da PETROBRÁS foi corrigida de 254%, abaixo da inflação; os revendedores, corrigida de 330%; os impostos, 540% e as distribuidoras, 574%.

5.8 O preço da gasolina ao consumidor, corrigido pelo IGP da FGV, está nos mesmos níveis de março de 1986, antes dos planos Cruzado, Bresser, etc. A PETROBRÁS, entretanto, recebe 60% do que percebia naquela época.

5.9 Os investimentos da PETROBRÁS para o corrente ano, aprovados pelo Executivo e pelo Congresso Nacional em US\$ 2,9 bilhões, foram reduzidos para US\$ 2,0 bilhões, tendo em vista a situação financeira da Companhia, decorrente da inadequada remuneração dos seus produtos.

5.10 Se não fossem efetuados investimentos na área de produção no período 1992/1995, a produção de petróleo nacional cairia dos atuais 670.000 barris/dia para 354.000 barris/dia em 1995, havendo a necessidade de gastos de importação de petróleo de US\$ 24 bilhões. Caso fosse levada adiante a meta de produção de 1 milhão de barris em 1995, conforme aprovado pelo Executivo e Congresso Nacional, haveria a necessidade de investimentos em produção de US\$ 9,7 bilhões, reduzindo as importações para US\$ 14 bilhões. Em suma: deixa-se de investir na geração de empregos no exterior para fazê-lo no País, economizando divisas e tirando o País da recessão.

6. Em vista do exposto, tomamos a liberdade de sugerir a V. Excia. que:

6.1 Estenda a auditoria dos preços solicitada à PETROBRÁS a todos os segmentos envolvidos: distribuidora, revendedores e impostos, além do DNC.

6.2 Reanalise a política de subsídios, custos financeiros e prazos de faturamento da PETROBRÁS às distribuidoras.

6.3 Dê maior simplicidade e a mais ampla transparência à remuneração de cada segmento, junto à imprensa, tornando obrigatória a fixação da estrutura de preços nos postos de combustíveis, de forma a que a população tenha pleno conhecimento de como são utilizados seus recursos, a exemplo do que ocorre na Alemanha e outros países do primeiro mundo.

6.4 Reanalise a sistemática do Frete de Uniformização de Preços (FUP) que, pela dificuldade de fiscalização, tem sido fonte permanente de corrupção e desvio de recursos do contribuinte.

6.5 Determine o restabelecimento da meta de produção de 1 milhão de barris de petróleo em 1995.

6.6 A exemplo dos países do primeiro mundo, formalize acordo de gestão com a PETROBRÁS, sob a fiscalização do Congresso Nacional.

Enviamos em anexo documento da AEPET sobre o assunto, colocando-nos à disposição de V. Excia., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Atenciosamente,

Diretoria da AEPET